

AQUILO QUE NÃO CONSTA NOS AUTOS

Às 16 horas, o Tribunal muda de cheiro.

Nenhuma norma interna prevê o instante exato em que o aroma do café recém-passado começa a percorrer os corredores do Fórum Trabalhista, atravessando portas entreabertas, pilhas de processos e telefones que insistem em tocar nos últimos minutos do expediente. Ainda assim, acontece diariamente, com a precisão silenciosa das rotinas que sobrevivem ao tempo sem jamais necessitarem de anúncio.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região completa quarenta anos. Quatro décadas acompanhando transformações econômicas, sociais e humanas através de algo aparentemente simples, mas profundamente complexo: o trabalho.

E o trabalho, descobri ali, raramente se limita ao que está escrito num contrato. Ele sustenta casas, reorganiza trajetórias e alimenta expectativas que quase nunca aparecem nas petições. Talvez por isso os conflitos que chegam à Justiça do Trabalho dificilmente sejam apenas discussões jurídicas. Antes de se transformarem em processo, foram divergências, tentativas de permanência, negociações frustradas e silêncios que deixaram de caber na rotina.

Quando cheguei ao Tribunal, tudo me pareceu excessivamente sério. Excessivamente frio também – em parte pela formalidade inevitável da Justiça, em parte pelo ar-condicionado permanentemente empenhado em transformar qualquer sala numa experiência climática incompatível com a realidade brasileira. Eu observava tudo com cautela.

Existe um modo específico de ocupar ambientes que ainda não nos pertencem completamente: passos discretos, perguntas cuidadosamente formuladas e a sensação constante de que todos ao redor compreendem perfeitamente o funcionamento daquele universo, menos você.

Naturalmente, errei. Mais de uma vez. E talvez uma das primeiras surpresas tenha sido descobrir que ninguém transformava o erro em constrangimento. Explicavam. Corrigiam. Orientavam novamente. Havia ali uma forma muito particular de generosidade profissional – discreta, objetiva e distante de qualquer necessidade de autopromoção.

Porque, de fora, tribunais costumam parecer estruturas inacessíveis, compostas apenas de linguagem técnica, formalidades rigorosas e decisões difíceis. De dentro, descobri algo diferente: instituições também são construídas pela maneira como as pessoas escolhem tratar umas às outras no cotidiano.

As pessoas chegam trazendo documentos, dúvidas e interpretações distintas da mesma história. Algumas falam rapidamente, como se precisassem resolver tudo antes que a coragem desapareça. Outras organizam cuidadosamente cada folha antes de formular perguntas simples. E existem aqueles que entram preparados para enfrentar um ambiente hostil, surpreendendo-se ao encontrar disposição genuína para escutar.

Certa vez, uma senhora interrompeu a própria explicação no meio da frase para pedir desculpas, em voz baixa, por não saber “falar bonito”. Por alguns segundos, não soube como reagir. Talvez porque aquela frase dissesse mais sobre cidadania do que muitos discursos prontos. Ela não queria apenas resolver um problema jurídico, queria apenas encontrar alguém disposto a ouvi-la.

Talvez seja justamente aí que a cidadania se torne concreta. Não como abstração repetida em solenidades, mas como prática diária. Na tentativa contínua de tornar o Direito compreensível para quem não vive dentro dele.

O TRT15 faz isso há quarenta anos.

Não apenas por meio das grandes decisões ou da estrutura construída ao longo do tempo, mas também pela soma silenciosa das pequenas situações que

aproximam o Direito da vida comum e impedem que relações de trabalho sejam conduzidas apenas pela lógica da ruptura.

Com o tempo, os processos deixaram de parecer apenas números. Em cada um deles havia pessoas buscando respostas razoáveis para conflitos inevitavelmente humanos, enquanto advogados sustentavam teses opostas com convicções igualmente legítimas.

Hoje, às 16 horas, o cheiro do café continua atravessando os corredores. O ar-condicionado continua excessivamente comprometido com temperaturas incompatíveis com a realidade nacional. Os processos continuam numerosos. Mas agora o Tribunal já não parece inacessível.

Porque, depois de algum tempo, a gente entende que instituições não são feitas apenas de normas, sistemas ou estruturas formais. São feitas, sobretudo, das pessoas que sustentam diariamente sua função social sem transformar isso em espetáculo.

Às 16 horas, alguém encerra um atendimento. Alguém revisa uma decisão. Alguém tenta explicar, pela última vez no dia, uma expressão jurídica para quem jamais imaginou aprender “juridiquês” até que a própria vida exigisse.

Lá fora, o expediente termina. Ali dentro, o Tribunal continua fazendo aquilo que faz há quarenta anos: aproximando o Direito da realidade e lembrando, silenciosamente, que desenvolvimento social também se constrói nas pequenas garantias cotidianas que quase nunca constam nos autos.

Isabela Cecilia Schiavolin Abel
Estagiária de Direito